



### AGENDA

### **APEOESP**

#### **NOVEMBRO**

08 e 09

Conferência Estadual das Mulheres da **APEOESP** 

14

Reunião Ordinária do CER

15 e 16

Reunião do Coletivo **Antirracismo** 

19 g 23 CONAE

20

Novembro Negro -XI Marcha da Consciência Negra

### CUT

### **NOVEMBRO**

19 a 23 CONAE

20

XI Marcha da Consciência Negra

### CNTE

#### **NOVEMBRO**

19 a 23 CONAE

#### **DEZEMBRO**

CNE - Conselho 04 e 05 Nacional de **Entidades** 

### I. Conjuntura

Ao final de uma das mais disputadas eleições presidenciais, os eleitores decidiram que a Presidenta Dilma Rousseff governará o país por mais quatro anos, derrotando a ameaça de retrocesso representada pelo candidato Aécio Neves, do PSDB.

A maioria da população decidiu pela continuidade de um governo que vem enfrentando um cenário internacional de extremas dificuldades econômico--financeiras, porém mantendo o país estável, com distribuição de renda, inflação sob controle, sem desemprego ou perda de direitos dos trabalhadores e da população mais pobre.

Entretanto, de acordo com o

DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, o que significa que os movimentos sociais e os setores progressistas da sociedade brasileira precisam estar atentos e mobilizados para assegurar a continuidade das mudanças e os direitos já conquistados.

Para termos uma ideia, na Câmara dos Deputados os representantes do movimento sindical reduziram-se de 83 para 46 parlamentares. Haverá, por outro lado, 190 representantes empresariais. Juntas, as bancadas ruralista e evangélica terão 186 representantes na Câmara a partir de 2015.

### A disputa continua

O fato é que, mal as urnas foram fechadas, o PSDB e alguns partidos de direita a ele coligados já declararam guerra à Dilma. Mais do que isso, a derrota da direita gerou uma onda de xenofobia, preconceito e discriminação contra os nordestinos (aos quais, erroneamente, alguns atribuem a vitória da Presidenta Dilma), contra os eleitores do PT e os beneficiários de programas sociais, em especial o bolsa--família. Está em curso, inclusive, uma tentativa de impeachment da Presidenta Dilma, por meio de abaixo-assinado na Internet e manifestações de rua. Em São Paulo houve passeata na avenida Paulista e reuniu poucas pessoas em outras cidades, mas é grave o questionamento à legitimidade do mandato conquistado nas urnas. Isto se dá também por meio de um requerimento do PSDB para uma auditoria no resultado eleitoral, medida descartada pelo corregedor geral da Justiça Eleitoral e que deve ser rejeitada pelo plenário do TSE.

As eleições evidenciaram a

atuação truculenta da direita e a simbiose entre o PSDB e a mídia monopolista. O comportamento da Rede Globo de Televisão foi de franco favorecimento ao candidato do PSDB e três dias antes da eleição ficou clara a ação criminosa da revista Veja, que forjou um suposto escândalo e antecipou a edição semanal com a clara intenção de interferir no resultado eleitoral. Tal iniciativa foi derrotada na justiça eleitoral e é alvo de processo por calúnia, podendo sofrer graves sanções.

# Projetos em disputa: salário mínimo, direitos e educação pública de qualidade X exclusão

O que motiva os setores mais conservadores contra os governo de Lula e Dilma é que a combinação da política econômica com programas sociais e políticas educacionais vem promovendo uma mudança substancial nas estruturas sociais e alterando a distribuição da renda. Um dos elementos fundamentais para esta mudança, embora insuficiente, é a política de valorização do salário mínimo, alvo de ataques do candidato do PSDB.

Como foi reconhecido pelo principal assessor econômico de Aécio Neves, Armínio Fraga, a valorização do salário mínimo, ainda que não atenda a contento às necessidades dos trabalhadores, alterou a taxa de lucros dos

empresários, ou seja, houve uma transferência direta de parcela dos lucros para os salários dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o setor empresarial se queixa de que haveria um problema de "competitividade" das empresas brasileiras em decorrência da formação da mão de obra, pretendendo que o poder público promova a educação da população de acordo com seus interesses, para otimizar seus lucros. Estão, portanto, em disputa, não apenas a condução da política econômica e trabalhista, mas também a gestão da educação pública, que o setor empresarial pretende direcionar para seus próprios interesses.

Mas a educação pública de que o país necessita não é mero treinamento de mão de obra para as empresas e sim uma educação que forme cidadãos e crie condições para a continuidade dos estudos, para a inserção consciente no mercado de trabalho e para todos os demais aspectos da vida.

Do ponto de vista do movimento sindical e social, cabe lutar pelo aprofundamento da política de valorização do salário mínimo, realizando um ajuste na fórmula INPC+PIB, tendo em vista seus atuais percentuais, decorrentes da crise internacional. Cabe também lutar para que não haja nenhum retrocesso nos direitos trabalhistas e sociais. Finalmente, devemos defender com todas as forças o caráter

público, gratuito, laico, inclusivo e de qualidade da educação pública brasileira, para que não se permita a ingerência privada em sua concepção e gestão.

Aimplantação integral do Plano Nacional de Educação e a construção, no Estado de São Paulo, do Plano Estadual de Educação democrático e emancipador são instrumentos fundamentais para a construção da educação pública que queremos. São políticas de Estado que poderão tornar perenes medidas estruturais e a valorização dos profissionais da educação, condições fundamentais para um ensino de qualidade e para o futuro do país.

### Lutar pela ampliação da participação popular

O clima de enfrentamento do Congresso Nacional com relação à Dilma ficou claro na votação realizada no dia 27/10, quando foi derrotado o decreto 8243/2014 que cria a Política Nacional de Participação Social. Decreto Legislativo votado na Câmara dos Deputados considerou a matéria inconstitucional. O assunto será, agora, discutido no Senado, onde forças conservadoras se articulam para derrotá-lo.

O objetivo do decreto de Dilma é organizar a relação entre ministérios e outros órgãos federais com as diversas instâncias de participação social, como os conselhos permanentes de políticas públicas, as periódicas conferências nacionais temáticas e as frequentes audiências públicas, entre outras. O Decreto não cria novos conselhos, mas cria parâmetros para a sua criação e estabelece uma política de Estado para essa temática.

Na realidade, já existem vários conselhos em funcionamento. Entre eles podemos citar Conselho Nacional de Educação (criado em 1931), o Conselho Nacional de Saúde (que existe desde 1937) e outros conselhos criados ao longo do tempo para variadas temáticas, como direitos dos idosos, trabalho, segurança pública, juventude, política indigenista, previdência, drogas e igualdade racial. Alguns deles têm caráter normativo, como o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Outros são consultivos, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico, que reúne representantes dos mais diversos setores.

O que está em jogo, portanto, é a metodologia de formulação das políticas públicas, uma vez que a maior participação da população, por meio dos conselhos populares, significa sua maior conscientização e, portanto, maiores possibilidades de novas conquistas econômicas e sociais. É esta conscientização e esses novos avanços que determinados partidos e setores da elite econômica e social brasileiras querem impedir que ocorra a qualquer custo.

Nós, da APEOESP, queremos a radicalização da democracia e, para nós, a única forma para que isto ocorra é por meio da, cada vez maior, participação da população na definição das políticas públicas e dos destinos do país. Não podemos, portanto, nos omitir neste momento em que os setores conservadores tentam impedir o avanço da democracia.

Assim, as reuniões de representantes devem discutir esta situação e propostas para que o Sindicato possa se engajar na luta pela ampliação da participação popular e dos espaços democráticos na sociedade.

### A Reforma Política é fundamental

Embora o Brasil tenha consequido atravessar até aqui a crise financeira internacional mantendo altos níveis de empregabilidade e forte distribuição de renda - com medidas que levaram à exclusão do nosso país do Mapa da Fome da ONU - o sistema político atualmente existente coloca em risco tais conquistas, cria obstáculos para novos avanços e restringe a participação popular e distorce a representação da sociedade nos parlamentos. Tal distorção é possível porque prevalece o financiamento privado das campanhas eleitorais - inclusive com doações ocultas -, favorecendo os representantes dos empresários, banqueiros e

outros grupos privilegiados no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Petições populares também não têm a força necessária e as conferências por setor nem sempre têm suas deliberações reconhecidas e encaminhadas pelos poderes constituídos.

A Reforma Política, portanto, está na ordem do dia. Ela é condição para que o país avance. Em setembro, quase oito milhões votaram sim no plebiscito sobre a convocação de Assembleia Nacional Constituinte para fazer a Reforma Política. A APEOESP, por meio das subsedes, teve participação destacada nesta iniciativa. Agora, trata-se de dar conse--quência à vontade popular. A Presidenta Dilma já manifestou sua intenção de promover a Reforma Política. Cabe a todos nós, à sociedade civil organizada, aos movimentos sociais, exigir e lutar para que isto aconteça.

É importante que as reuniões de representantes debatam o tema e proponham formas de participação do Sindicato neste movimento, para que a Diretoria e o Conselho Estadual de Representantes possam deliberar a respeito.

### Em São Paulo, crise hídrica e estelionato eleitoral

No estado de São Paulo, Geraldo Alckmin foi reeleito com

57% dos votos válidos no primeiro turno. Este resultado surpreendeu, face à grave situação do nosso estado, não apenas no que se refere à crise hídrica, mas também, nos diversos setores da atuação do governo, como saúde, educação, transportes, segurança e outros.

As acusações de corrupção envolvendo altos escalões do governo e do PSDB, com desvios de verbas do Metrô, da CPTM, da CDHU e de outras áreas, por si sós, poderiam ter comprometido a reeleição, mais ainda com a eclosão da crise hídrica. A cumplicidade da mídia com o Governador, omitindo notícias negativas, ludibriou a opinião pública. Após o processo eleitoral, soube--se por meio da ex-Presidenta da SABESP, Dilma Pena, que a real situação do abastecimento d'água foi escondida da população "por orientação superior". Ora, isto configura verdadeiro estelionato eleitoral.

É evidente que a crise de falta de água no estado de São Paulo e em várias regiões do país tem origens na crise climática global, uma temática que envolveu a APEOESP em diversas iniciativas até o momento, entre elas a realização de uma webconferência, a organização e participação em manifestação realizada em São Paulo no dia 25 de setembro, como parte de uma campanha mundial, entrega de documentos a autoridades estaduais e municipais e outras. E vamos

continuar trabalhando em torno deste tema. Porém, é inegável que a crise hídrica paulista resulta também de problemas de gestão e omissão por parte do Governo do PSDB.

### Gestão irresponsável

Há pelo menos dez anos, o Governo de São Paulo vem sendo alertado para uma possível crise de abastecimento na região metropolitana da capital e outras regiões do estado. Nenhuma medida, porém, foi tomada. Em vez de providenciar fontes alternativas de abastecimento, a opção do PSDB foi por uma política de investimentos na Bolsa de Nova York, visando garantir a lucratividade dos acionistas da SA-BESP, empresa de capital misto com participação majoritária do Estado de SP. O resultado é o que estamos vivendo.

Durante a campanha eleitoral, diante dos problemas de interrupção do abastecimento na periferia da capital e de outras cidades, o Governador poderia ter utilizado parte de seu tempo na TV e no rádio e a cobertura da mídia para anunciar medidas, orientar o consumo e organizar o racionamento do fornecimento de água para assegurar uma duração maior das reservas, mas priorizou seu projeto de reeleição, garantindo que não haveria falta d'água ou racionamento. Mas a realidade é outra. Em Itu a situação chegou a tal ponto

que o abastecimento está sendo feito por caminhões-pipa e houve registros de saques e distúrbios nas ruas. Escolas foram fechadas e há risco de comprometimento do ano letivo.

Após as eleições, finalmente o Governador procurou o Governo Federal para solicitar uma parceria em torno do problema. A resposta foi positiva, mas a Presidenta da República lembrou que o Governo paulista recusara há alguns meses uma ajuda de R\$ 1,8 bilhão para obras emergenciais que constavam de um plano de segurança hídrica elaborado pelo próprio governo paulista. Fica, assim, evidente que o Governo do PSDB agiu de forma irresponsável e eleitoreira frente a um problema de extrema aravidade.

#### Escolas

A APEOESP tem recebido informações de que muitas escolas estão funcionando precariamente devido às interrupções no fornecimento de água. Muitas delas orientam seus alunos a trazerem água de suas casas, para não interromperem as aulas. Enquanto isso a Secretaria Estadual da Educação se comporta como se o problema não existisse. Exigimos saber: qual é a real situação das escolas estaduais? Quais são as orientações frente à escassez de água? Que medidas serão tomadas?

A realidade é que o agravamento da situação poderá levar ao não cumprimento dos 200 dias letivos previstos na LDB. Neste caso, a suspensão das aulas deverá se dar "por motivo de força maior", como prevê a legislação, não impactando férias de professores e alunos e o recesso escolar.

As subsedes devem tomar conhecimento da situação em suas regiões e informar à Diretoria Estadual, para que possamos levar os problemas ao Governo, cobrando soluções. Basta inserir as denúncias no link http://www.apeoesp.org.br/falta-d-agua/.

O Sindicato está desenvolvendo uma campanha em relação à crise hídrica, que já conta com um vídeo veiculado no Portal e nas redes sociais e contará, também, de imediato com cartazes, faixas nas subsedes e outros materiais. No portal do Sindicato (www.apeoesp.org. br), as subsedes deverão acessar o vídeo denúncia, compartilhando-o o máximo possível.

### II. Campanha Salarial e Educacional

O final desta gestão do Governador Geraldo Alckmin, com Herman Voorwald à frente da pasta da Educação, chega sem boas notícias para os profissionais do magistério da rede estadual de ensino. A perspectiva é de muita luta no próximo período para que possamos arrancar conquistas e assegurar direitos.

### **Salários**

Em que pese a reiterada afirmação do Secretário de que teria encaminhado ao Governador proposta de ampliação do reajuste salarial de 2014, o fato é que o ano termina sem qualquer alteração salarial além dos 7% pagos sobre os salários

de julho. Recorde-se que esses 7% fazem parte da lei complementar 1143/11, resposta do Governador Alckmin à nossa greve de 2010, responsável em grande parte pelo desgaste do ex-Governador José Serra, que não conseguiu se eleger à Presidência da República.

Ciente de que teria que se di-

ferenciar do antecessor, para não experimentar o mesmo desgaste logo no início de seu mandato e buscando evitar enfrentamentos com a APEOESP, Alckmin definiu reajustes anuais, entre 2011 e 2014 que, no entanto, não foram suficientes para recuperar nossas perdas salariais. Foi um início de recuperação salarial e conseguimos introduzir na lei um dispositivo pelo qual o Governo deveria negociar com as entidades da categoria a ampliação dos reajustes tendo em vista os indicadores (inflação, arrecadação etc). Com nossa pressão, também conseguimos a incorporação de todas as gratificações. Em 2013, como resultado de nossa greve, o reajuste foi ampliado de 6,0% para 8,1%. Neste ano, recebemos apenas promessas durante vários meses.

Mas nossa luta não é apenas por recuperação de perdas. Queremos valorização profissional e ganho real, por meio da equiparação de nossos salários com a média dos demais profissionais com formação de nível superior. Estudos do DIEESE apontam que esta equiparação demandaria um aumento salarial de 75,33%. Nossa pauta, portanto é por um aumento de 75,33%, rumo ao piso do DIEESE. Esta é a nossa pauta salarial para discussão com o Governo Estadual.

Para que qualquer movimento tenha sucesso, porém, é necessário que os professores e as professoras estejam bem informados e mobilizados nas escolas, debatendo a situação e as perspectivas, de forma a engajar-se de fato nas iniciativas do Sindicato. Se o governo não se dispõe a negociar com o Sindicato, que cumpre este papel de representação, é o momento da categoria sair às ruas, pois a APEOESP existe para organizar a mobilização, mas não substitui a categoria em movimento.

Assim, é tarefa dos representantes analisar a situação atual e formular propostas para a condução da campanha salarial e educacional, subsidiando as deliberações do CER e da Diretoria. Devem, também, discutir propostas de calendário, inclusive iniciativas regionais de pressão sobre as Diretorias de Ensino e indicar propostas de datas para a nossa próxima assembleia estadual.

### Atribuição de aulas

No dia 02/11 encerram-se as inscrições para o processo de atribuição de classes e aulas.

O problema mais grave que estamos enfrentando neste processo é o impedimento da inscrição dos professores da categoria O cujos contratos se encerram neste ano e que já se utilizaram da quarentena. De acordo com a SEE, esses professores somente poderiam se inscrever após o cumprimento da duzentena, ficando assim inscritos no cadastro emergencial.

Os demais professores da

categoria O foram inscritos automaticamente, se aprovados no concurso de PEB II, ou fizeram sua inscrição utilizando a nota do processo seletivo de 2013, caso estejam com contrato em vigor, pois não houve processo seletivo neste ano.

A APEOESP não aceita que os professores da categoria O sejam prejudicados e exige o fim da duzentena. Recorde-se que no início de 2014 conseguimos obter liminar que derrubou a duzentena e todos puderam participar da atribuição inicial. Não fosse isto, inclusive, haveria falta de professores. Desta forma, ingressamos com ação judicial em favor dos professores impedidos de se inscrever. A justiça não concedeu liminar. Aguarda-se a decisão da justiça quanto ao mérito da ação.

## Por uma nova forma de contratação de professores temporários

É importante ressaltar que a APEOESP é contra esta forma de contratação dos professores temporários (categoria O). Este tema tem sido permanente na nossa pauta de reivindicações e temos ação judicial tramitando no TJSP denunciando todas as irregularidades e prejuízos aos direitos e à dignidade profissional desses professores.

Queremos uma forma de contratação justa, que assegure todos os direitos. Transitoriamente, propomos que se estendam aos professores da categoria O os mesmos direitos dos professores da categoria F, até que se efetivem mediante concurso público. Vamos realizar essa discussão com profundidade junto à categoria para levarmos um posicionamento ao governo.

Defendemos, ainda, que todos os professores aprovados no concurso de PEB II sejam convocados e empossados. A SEE deve promover esta convocação em tempo hábil para não causar tumultos no desenvolvimento do ano letivo.

Quanto ao concurso para PEB I, ingressamos com ação judicial para que os professores com formação de nível médio pudessem inscrever-se. A liminar não foi concedida. Aguardamos o julgamento do mérito.

### Direito ao IAMSPE para os professores da categoria O

Após várias reuniões e contatos com a APEOESP, o Superintendente do IAMSPE informou à Presidenta do Sindicato já ter finalizado a minuta do projeto de lei que garante o direito de atendimento no IAMSPE aos professores da categoria O. Dependeria agora de decisão final do Governador para encaminhamento à Assembleia Legislativa.

### **Carreira**

Após a realização da webconferência sobre o tema, em setembro, a APEOESP encaminhou a todos os professores uma publicação contendo a Resolução SE 36/2014, que disciplina a Evolução Funcional pela Via Não Acadêmica, bem como a Instrução Conjunta CGRH/CGEB sobre o mesmo assunto.

Como é sabido, a Comissão Paritária, da qual faz parte a APEOESP, criou novas possibilidades de evolução na carreira no fator Produção Profissional da EFVNA. A resolução está em vigor e já produz efeitos. Cabe à SEE, junto às Diretorias de Ensino, assegurar que seja cumprida, beneficiando os integrantes do Quadro do Magistério.

No próximo contato que será mantido com a SEE, a APEOESP vai cobrar esta agilização, tendo em vista que recebemos queixas de professores quanto à não operacionalização da EFVNA no âmbito das DEs.

Quanto à promoção, o Grupo de Trabalho, nomeado pela Comissão Paritária para disciplinar o memorial do professor, continua trabalhando. Boa parte da minuta de resolução já está equacionada, mas ainda há problemas a solucionar, dada a complexidade da proposta.

Para que nossas conquistas sejam efetivas, as subsedes devem agendar reuniões com os dirigentes regionais de ensino para que sejam implementadas as novas formas de evolução previstas na Evolução Funcional pela Via Não Acadêmica,

bem como para reivindicar a participação da APEOESP e demais entidades do Magistério, de forma paritária, nos Conselhos de Diretoria.

### **Aposentadorias**

A Diretoria da APEOESP reuniu-se em outubro com o Presidente da SPPREV para tratar, entre outros assuntos, da agilização dos processos de aposentadorias, tendo em vista que muitos estão parados e que muitos professores aguardam um ano ou mais pela publicação.

O Presidente da SPPREV explanou os diversos problemas que vêm ocorrendo, entre eles erros de informação e problemas na digitalização dos documentos dos professores, que é feita pelas unidades escolares e diretorias regionais de ensino. Segundo ele, está sendo feito treinamento do pessoal, aperfeiçoamentos no sistema e uma força-tarefa, constituída entre a SEE e a SPPREV, trabalha para agilizar milhares de processos que ainda se encontram parados. A APEOESP está atenta, cobrando soluções rápidas para esses problemas.

Por solicitação do Sindicato, ficou acertado que haverá um link entre a APEOESP e a SPPREV para que os associados possam acompanhar a tramitação, juntamente ao atendimento jurídico, sanando dúvidas e tomando conhecimento de eventuais problemas que estejam ocorrendo. No último contato realizado com a APEOESP, a SPPREV informou que estão fazendo adaptações no sistema para esta finalidade, bem como estão tomando providências técnicas necessárias para que o link fique operacional.

### Programa Ensino Integral (escolas de tempo integral)

Tem sido recorrentes na rede estadual de ensino os casos de escolas destinadas ao Programa de Escolas de Ensino Integral cujas comunidades rejeitam o modelo.

Para nós não se trata de manter os estudantes por um período maior nas unidades escolares. Trata-se, na nossa concepção, de construir uma proposta de educação integrada, que articule a partir do projeto político-pedagógico democraticamente elaborado, ensino, ciência, cultura, tecnologia e tudo o mais que seja essencial para a formação integral dos alunos, capacitando-os para o prosseguimento dos estudos, para o mundo do trabalho, para a vida. Um projeto assim não pode ser imposto de cima para baixo, mas tem que contar com a adesão da comunidade. Porém, apesar da palavra do Secretário, DEs e diretorias de escolas têm tentando impor o projeto, criando situações de tensão e manipulando reuniões de conselhos de escolas. Não vamos aceitar isso.

### Resolução SEE 52/2014

Por outro lado, a SEE emitiu

em outubro a Resolução SE 52/2014, dispondo sobre a organização e o funcionamento das escolas estaduais que integram o Programa Ensino Integral.

Além da gestão pedagógica e administrativa, a resolução cria a figura da gestão especializada, passando a tratar o professor não mais como docente especializado, mas sim como gestor especializado. Disto se depreende que na escola, daqui por diante, só haverá gestores.

Para nós, não há vantagem alguma em substituir a expressão "docência especializada", por "gestão especializada", pois isto descaracteriza o papel do docente na formação do educando. O artigo 3º da Resolução remete para o Diretor e Vice-Diretor a avaliação do trabalho docente nas escolas de tempo integral. Não há nenhuma referência à atuação do Conselho Escolar. Do ponto de vista pedagógico, mistura-se competências, habilidades, objetivos educacionais e omite as "expectativas de aprendizagem" um termo consagrado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica.

O projeto político pedagógico (não mencionado na Resolução) fragmenta o plano escolar em: a) Plano de Ação; b) Programa de Ação e c) Guias de Aprendizagem. Isto denota a volta do tecnicismo (ou neotecnicismo). Mais ainda: além dos Guias de Aprendizagem, aparece a figura da Agenda Bimestral. Pelo que se depreende,

o professor da Escola de Ensino Integral será sobrecarregado com novas tarefas, preenchendo uma extensa papelada.

De acordo com o artigo 7° da resolução, a criança poderá cursar o 1° ano do Ensino Fundamental com a idade de cinco anos, uma vez que poderá completar seis anos no ano em que esteja cursando o 1° ano.

O artigo 9º trata do processo de avaliação do desempenho do aluno, entendido como resultante de observações realizadas rotineiramente; contemplará o aluno num contexto mais amplo, abrangente e globalizado, que estimulará a capacidade de pesquisa e planejamento, bem como o desenvolvimento de autonomia e competência (de novo) que caracterizam a formação de um cidadão crítico, investigativo, responsável e solidário. Para que se alcance o que está proposto nesse artigo, antes de mais nada, é necessária a criação de um ambiente escolar, com professores e gestores motivados que favoreçam o tal desenvolvimento do "espírito crítico".

No parágrafo único deste artigo, a Resolução cria dois tipos de avaliação: uma para os componentes curriculares da Base Nacional Comum e outra para a Parte Diversificada do currículo, à exceção da língua estrangeira moderna. Quanto aos critérios para promoção/retenção segue a mesma sistemática adotada para o Ensino Fundamental e Ensino

Médio comuns. Em outras palavras, o resultado das observações do aluno no que diz respeito à parte diversificada, à exceção da língua estrangeira moderna, não será levado em consideração para efeitos de promoção/retenção. Ainda bem, pois seria muito difícil atribuir nota para espírito crítico, protagonismo, solidariedade, bem como habilidades sócio-emocionais, para as quais ainda não existem estudos conclusivos e há muita divergência entre os especialistas que cuidam da temática.

O artigo 11 da Resolução detalha como será a avaliação da Parte Diversificada, mais uma vez, à exceção da Língua Estrangeira Moderna, dispondo sobre a utilização de diferentes instrumentos: fichas para registro do desempenho do aluno, portfólios, observação rotineira pelo professor, entre outros, "devendo os resultados obtidos decorrer de decisão consensual dos docentes envolvidos", no caso de Linguagens Artísticas e Cultura do Movimento; na Orientação de Estudos, outro elemento da Parte Diversificada, deve ser utilizada ficha que expresse e registre os avanços do aluno,

quando for o caso. Há ainda especificações para como avaliar o campo da Educação Emocional; as Práticas Experimentais (ficha de acompanhamento do aluno) e Assembleias com reunião de líderes de turma. Desta forma, numa primeira análise, estabelece-se um controle total sobre os estudantes, tendo o docente como instrumento para que isso aconteça.

Quantos às matrizes curriculares, a orientação da SEE segue priorizando Língua Portuguesa e Matemática, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Embora se trate de escola em tempo integral, a carga horária da Base Nacional Comum permanece a mesma (28 aulas no EF e 29 aulas no EM) e a inclusão de Língua Estrangeira Moderna, na Parte Diversificada, com duas aulas em cada ano, tanto no EF como no EM.

Chamou-nos a atenção, ainda, o fato de que a Atividade Complementar "Assembleia", mais apropriada para os anos finais do EF e para o EM, apareça apenas nos anos iniciais (crianças de 06 a 10 anos).

### Webconferência

Todas essas questões e tantas outras que se referem à Escola de Ensino Integral merecem de todos nós análises e debates mais aprofundados. Merece um debate aprofundado, sobretudo, a própria concepção de ensino integral. Como já dissemos, para nós trata-se de construir um projeto de educação integrada, que vá além da extensão do tempo. Por isso, a APEOESP promoverá uma webconferência sobre o tema ainda neste ano, para aprofundamento.

As subsedes devem rejeitar esse modelo de escola de tempo integral e impedir a implantação em todas as unidades onde estejam impondo de cima para baixo, sem contar com a clara adesão da comunidade.

#### Observação:

A Diretoria da APEOESP manterá reunião com a Secretaria da Educação nesta terça-feira, 04/11. Em decorrência, será produzido um texto complementar a este boletim, razão pela qual solicitamos que todos verifiquem seus e-mails antes do início das reuniões de representantes.

### III. Informes

### a) CUT

O Comitê Estadual do Plebiscito Constituinte, que reúne os movimentos social e sindical –

entre eles a CUT e a APEOESP – , promoveu no dia 4 de novembro ato nacional em defesa do Plebiscito Oficial Constituinte.

A atividade ocorreu no vão livre do MASP (Museu de Arte de São Paulo).

O plebiscito popular aconteceu

entre os dias 1º e 7 de setembro, que colheu cerca de 8 milhões de votos em urnas fixas, volantes e pela Internet. Só no Estado de São Paulo foram apurados 2.544.398 votos. Do total de votantes, 97% disseram "sim" à convocação oficial. Esse número foi comemorado, pois o tema, que contou com a participação das organizações e de ativistas, foi ignorado pelos grandes meios de comunicação.

De acordo com os membros do Comitê, os próximos passos da campanha combinarão lutas sociais com uma campanha política e pedagógica junto a sociedade sobre qual é o melhor modelo de Constituinte para pressionar o Congresso a convocar um plebiscito oficial.

### b) CNTE

A CNTE lançou uma campanha alertando sobre a necessidade de os Estados e Municípios realizarem seus planos de educação para se adequarem ao Plano Nacional de Educação - "Sem ação, o PNE não sai do papel". Não se trata apenas de uma exigência legal; sem planos subnacionais formulados com qualidade técnica e participação social que os legitimem, o PNE não terá êxito. Os Planos Estaduais de Educação (PEEs) precisam ser imediatamente produzidos, debatidos e aprovados em sintonia com o PNE. E os Planos Municipais (PMEs), da mesma maneira que devem ser

coerentes com o PNE, também devem estar alinhados aos PEEs dos estados a que pertencem.

A Secretaria de Articulação com os Sistema de Ensino do Ministério da Educação já disponibilizou um caderno de orientações para apoiar na elaboração dos planos estaduais e municipais de educação (http://pne. mec.gov.br/pdf/pne pme caderno de orientacoes.pdf). No documento, destaca-se que para o cidadão "o PNE e os planos de educação do estado e do município onde ele mora devem formar um conjunto coerente, integrado e articulado, para que seus direitos sejam garantidos e o Brasil tenha educação com qualidade e para todos".